



Formar professores para a inclusão escolar: os cursos de difusão do LEPED

Teacher training in school inclusion: LEPED's dissemination courses

Formación del profesorado para la inclusión escolar: los cursos de difusión de LEPED

Maria Teresa Eglér Mantoan - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP | Campinas | SP | Brasil. E-mail: dulanuti@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4607-9880>

José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP | Presidente Prudente | SP | Brasil. E-mail: eduardo.lanuti@unesp.br | <https://orcid.org/0000-0001-6055-1494>

Maria Isabel Sampaio Dias Baptista - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP | Campinas | SP | Brasil. E-mail: belbaptista@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-1747-1557>

Resumo: Este texto apresenta e analisa como o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tem proposto a formação continuada de milhares de professores (e demais interessados) para: esclarecer o direito à educação; demonstrar como a inclusão escolar se realiza nas salas de aula (planejamento, avaliação e outros aspectos relacionados ao ensino e à aprendizagem escolar). O artigo explicita o modo como esses cursos foram idealizados e produzidos como Cursos de Difusão Cultural desde 2018, utilizando a plataforma de Educação a Distância (EaD) da Escola de Extensão da UNICAMP (EXTECAMP). O modo de apresentação dos conteúdos dos cursos; os recursos de acessibilidade presentes em todos os seus módulos e a autoavaliação dos participantes são destacados neste artigo. Todos os cursos se apoiam na ideia de emancipação intelectual dos cursistas para sua realização.

Palavras-chave: formação continuada; recursos tecnológicos; inclusão escolar.

Abstract: This text presents and analyzes how the Laboratory of Studies and Research in Teaching and Difference (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença , LEPED) of the Faculty of Education (Faculdade de Educação, FE) at the State University of Campinas (UNICAMP) has proposed the continuing education of thousands of teachers (and other interested parties) to: clarify the right to education and demonstrate how school inclusion is realized in classrooms (planning, assessment, and other aspects related to teaching and school learning). The article explains how these courses have been conceived and produced as Cultural Diffusion Courses (Cursos de Difusão Cultural, in Portuguese) since 2018, using the Distance Education (DE) platform of the Extension School at UNICAMP (EXTECAMP). The presentation method of the course content, the accessibility resources present in all its modules, and the self-assessment of the participants are highlighted in this article. All courses are based on the idea of intellectual emancipation of the participants for their realization.

Keywords: continuing education; technological resources; school inclusion.

Resumen: Este texto presenta y analiza cómo el Laboratorio de Estudios e Investigaciones en Enseñanza y Diferencia (LEPED) de la Facultad de Educación (FE) de la Universidad Estatal de Campinas (UNICAMP) ha propuesto la formación continua de miles de profesores (y otros interesados) para: esclarecer el derecho a la educación y demostrar cómo se realiza la inclusión escolar en las aulas (planificación, evaluación y otros aspectos relacionados con la enseñanza y el aprendizaje escolar). El artículo explica cómo estos cursos son concebidos y producidos como Cursos de Difusión Cultural desde 2018, utilizando la plataforma de Educación a Distancia (EaD) de la Escuela de Extensión de la UNICAMP (EXTECAMP). La forma de presentación de los contenidos de los cursos, los recursos de accesibilidad presentes en todos sus módulos y la autoevaluación de los participantes se destacan en este artículo. Todos los cursos se apoyan en la idea de emancipación intelectual de los cursistas para su realización.

Palabras clave: formación continua; recursos tecnológicos; inclusión escolar.

1 Introdução

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, com Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido (Larrosa, 2015, p. 5).

Neste artigo, analisamos algumas das atividades de extensão promovidas pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) voltadas à formação de professores para a inclusão escolar. Trata-se de iniciativas que compartilhamos com o Instituto de Computação (IC) da UNICAMP e com a Escola de Extensão (EXTECAMP). Esses parceiros têm nos aberto e oferecido condições para a divulgação de ideias produzidas e defendidas pelo nosso grupo de pesquisa para efetivar e disseminar a inclusão escolar, esclarecendo professores, pais e demais interessados pelo assunto.

Os trabalhos que desenvolvemos no Laboratório em parceria com o IC remontam ao ano de 2005. Já naquele tempo, eles nos mostravam o potencial das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no sentido de favorecer experiências educacionais e outras, oferecidas pela Internet. Percebemos que, dentre outras vantagens, as áreas de convergência entre novas ferramentas de aprendizagem e os propósitos de formar professores e difundir a inclusão escolar aos interessados nos oportunizavam o deslocamento para lugares que não alcançaríamos unicamente com as formações que já vínhamos promovendo pelo país. Sem desconsiderar o valor dos nossos encontros tradicionais de formação, entendemos que a interação propiciada por recursos de tecnologia abriria novas oportunidades e favoreceria a construção de outros espaços de ensino e de aprendizagem. Com isso, percebemos que o alcance e a possibilidade de divulgação de nossos propósitos educacionais de uma educação para todos foi ampliado.

Por outro lado, a experiência do LEPED com os projetos de formação que desenvolvemos com e por meio da EXTECAMP também não é recente, remontando ao final dos anos 1990. Nossos propósitos de expandir propostas inclusivas de educação tiveram na modalidade *Cursos de Extensão* oferecida por essa Escola uma ferramenta que nos propiciou a execução de inúmeros e bem-sucedidos cursos *on-line*, levando o entendimento de uma educação escolar inclusiva para redes de ensino público e demais instituições educacionais.

Em 2021, revendo as possibilidades de formação de professores para a inclusão, dedicamo-nos a estudar os tipos de cursos propostos pela EXTECAMP. Ao analisarmos as possibilidades de inovar essas formações e atingir o maior número de professores e interessados, encontramos diversas modalidades de cursos oferecidos pela Escola de Extensão da EXTECAMP e nos deparamos com a modalidade denominada *Cursos de Difusão Cultural* - destinados a formar qualquer tipo de profissional, em ambiente

virtual. Esses cursos têm características próprias, quais sejam: são de curta duração (em torno de 4 horas); centrados em objetivos específicos; organizados por módulos temáticos, que podem ser acessados por celulares, tablets e computadores a qualquer momento, definido pelo(a) cursista, tendo grande capilaridade pelo país afora. Esse ambiente suporta, ainda, recursos audiovisuais.

Nosso desafio como educadores inclusivos, naquele momento, era diversificar/ampliar os caminhos que nos tinham levado, até então, a fazer uso de novos meios tecnológicos para desenvolver projetos formativos, na modalidade Educação a Distância (EaD). Em nossa percepção, tais caminhos poderiam se integrar e fomentar novas propostas educacionais. A questão era saber como fazê-lo, ou melhor, como levar para a tela dos celulares e dos computadores dos cursistas algo diferente do que fazíamos para ensinar, presencialmente. E, principalmente, como avaliar sem seguir padrões de um ensino transmissivo, reprodutor, que apenas reconhece respostas previamente estabelecidas.

Em sua primeira versão, no ano de 2018, criamos dois cursos de Difusão. Eles tinham estruturas semelhantes às atuais, contudo, eram voltados exclusivamente a professores e demais colegas das escolas e essas edições foram pagas. Esses dois cursos tiveram um impacto positivo entre os cursistas, percebido nas devolutivas dos participantes. Tal retorno nos deu forças para ir mais além.

No primeiro semestre de 2021, propusemos uma nova edição dos cursos, bem como, a criação de mais um novo com um tema diferente, abordando aspectos jurídicos da inclusão escolar. Nasceram, então, as reedições dos cursos *Inclusão na prática - como ensinar Matemática (e outras disciplinas) a todos, sem adaptações?* e *A diferença nas escolas*. Além disso, houve a criação do curso *Entendendo a Inclusão escolar como Direito*. Desde então, todos eles passaram a ser gratuitos.

Nossa intenção com essas ações de extensão foi, mais uma vez, evidenciar a importância de uma formação que não tivesse a pretensão de formatar pessoas e engessar o processo formativo, mas sim, de apoiar os cursistas a construírem seus próprios mapas de aprendizagem, reconhecendo o valor e a pertinência de um ensino que incentiva a produção pessoal crítica; que distingue a aprendizagem do ensino, caracterizando-a como uma atividade livre, criativa e aberta a todas as capacidades e interesses humanos.

Buscamos no encontro entre tecnologia e educação promover a fusão entre o que a EaD pode nos proporcionar, quando alinhada a contribuições teóricas que estão na base dos estudos educacionais inclusivos. Estamos nos referindo a uma verdadeira união de intenções, conhecimentos, condições, propósitos de trabalho.

Tanto na escrita desse texto quanto na elaboração dos cursos, apoiamos-nos, dentre outros autores, em Jacques Rancière (2002), um pensador francês que traz em seus trabalhos a ideia de que a escola, enquanto espaço de formação, não é o único

local onde se aprende porque não aprendemos em um tempo predefinido. Aprender, para esse autor, é consequência de nossa emancipação intelectual e tal emancipação não é motivada externamente, ou seja, por alguém que não seja o próprio sujeito. Em outras palavras, a motivação para aprender é sempre interna e não é, portanto, consequência de um ensino planejado sem a participação do estudante.

Para Rancière (2002), a inteligência é uma potência humana e, por isso, nossa emancipação intelectual se afirma e amplia no decorrer de nossa existência, segundo as oportunidades educacionais que vivenciamos. Nossa inteligência não pode ser ativada se movida pela vontade do outro, daí a importância de um processo educativo que estabeleça verdadeira parceria entre professores e alunos. Temos muito a aprender com esse autor sobre nossas aulas, sejam elas para os estudantes de uma turma escolar qualquer, seja para uma formação inicial, ou continuada de educadores. A emancipação intelectual é, portanto, a ideia central por meio da qual propomos e mantemos a formação de professores para a inclusão escolar.

Estamos trilhando esses novos caminhos educacionais com todo apuro. O cuidado para que todas as propostas de atuação dos cursistas sejam bem apresentadas, claramente definidas, ilustradas, abertas à participação de todos, indistintamente, nos “persegue” desde a proposta inicial dos cursos, desde o momento em que são “pendurados” na plataforma. Há muito ainda a aprender com eles? Certamente. Mas é o que estamos fazendo.

Diante do que expusemos a respeito do caráter inovador de tais propostas, o objetivo deste artigo é apresentar a estrutura e o conteúdo básicos dos referidos Cursos de Difusão Cultural que estão em vigência na plataforma da EXTECAMP. Em todos eles, oferecemos a oportunidade para os cursistas perceberem qual é o nosso posicionamento teórico- filosófico, que constitui o “pano de fundo” dos cursos - a emancipação intelectual.

Para apresentarmos nossos compromissos educacionais, abordaremos três aspectos específicos que caracterizam os cursos aos quais nos referimos neste artigo. São eles: a) O modo de apresentação dos conteúdos; b) A garantia da acessibilidade; e c) A avaliação na concepção inclusiva. Trazemos, ainda, nossa experiência considerando não apenas as suas novidades, mas a força que uma fundamentação teórica alinhada à atualidade da inclusão traz para a formação de todos aqueles interessados na ótica da inclusão.

2 O modo de apresentação dos conteúdos

Manoel de Barros, Clarice Lispector, Chico Buarque e Milton Nascimento, Lenine, Emicida, Pablio Vittar, Manu Chao, Mia Couto, Carlos Drummond de Andrade, Chico César, Jorge Larrosa, Jacques Rancière, Maria Teresa Mantoan dentre outros autores e, documentos legais brasileiros, foram intercessores nos cursos que propusemos.

Vídeos, canções, situações concretas de sala de aula e do cotidiano, impulsionaram nosso desejo de fazer conexões, trazer perguntas e deixar certezas de lado. Com eles, tratamos da diferença presente nas escolas; do ensino da Matemática (e outras disciplinas) em uma perspectiva inclusiva; e da educação inclusiva como o direito fundamental de todos os alunos.

Os autores, materiais, situações e recursos por nós escolhidos, em geral, não são convencionais em propostas de cursos de formação sobre inclusão escolar. Em um primeiro momento, observamos que isso causou estranheza aos cursistas, porque o habitual é experimentar uma formação continuada direcionada às práticas pedagógicas, a partir de exemplos a serem replicados; apresentando planos de ensino prontos; e fundamentadas exclusivamente em autores educacionais que, no máximo, tratam dos pares ciência/técnica e teoria/prática, não avançando para o par experiência/sentido (Larrosa, 2015).

Como exemplo do tipo de experiência que propusemos no curso “Entendendo a inclusão escolar como um direito”, destacamos a atividade intitulada “Somos Sujeitos de direitos, mas...”. Tarefa reflexiva feita a partir da composição de Chico Buarque de Holanda, “Construção”. A seguir, o print da tela da referida atividade na figura 1:

Figura 1 - Print da tela da atividade “Sim, somos sujeitos de direito, mas...”



Fonte: Elaborado pelos autores.

O participante é convidado a assistir o vídeo com a canção “Construção”, traduzida em LIBRAS de modo artístico pelo professor Ricardo Ferreira Santos. Em seguida, é oferecida uma análise do texto da canção, propondo questões sobre o cotidiano e, em especial, o cotidiano escolar.

Trata-se de uma atividade que oferece diversas fontes de informações (imagem, texto, som) e que possibilitam a construção de sentidos e experiências pelo participante, tudo de modo acessível – um modo não convencional de formar professores.

Formações mais ortodoxas, se assim podemos colocar, baseiam-se no par ciência/técnica (Larrosa, 2015) não considerando outros universos, como o da arte, por exemplo, enquanto disparadores de possibilidades criativas e críticas. Tais formações trazem a compreensão do ato educativo como transmissão (ensino) e mera assimilação passiva (aprendizagem), algo mais próprio de uma prática embrutecedora, como nos indicava Rancière (2002).

Nossos cursos, como dissemos, seguiram outros caminhos. Tivemos como propósito primordial a emancipação intelectual de cada participante. Partimos do princípio defendido por Rancière (2002) que aprender é uma capacidade própria de todas as pessoas - isso não implica que saibamos as mesmas coisas, que conheçamos, ou interpretamos o mundo da mesma forma, mas sim, que todos temos possibilidades de seguir diferenciando continuamente, à medida que nos tornamos críticos e reflexivos por meio da própria emancipação.

Vejamos parte do comentário final sobre o curso de difusão *Entendendo a inclusão escolar como um direito*, enviado por uma coordenadora de curso de Pedagogia:

Gostaria de dar um destaque especial aos vídeos provocadores [...]. Sensíveis e profundos, reforçando o papel principal da educação, que é nos fazer pensar, questionar, buscar caminhos e, no caso do curso em questão, fazer com que a inclusão seja realmente uma realidade na escola e não apenas o cumprimento de uma lei, que muitas vezes matricula os alunos, mas não tem nenhuma estrutura humana e material para que ela se efetive da maneira que deve ser (Cursista de MG, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

Com este comentário revisitamos o autor Rancière (2002) ao discorrer sobre as cinco lições da emancipação intelectual deixadas por Joseph Jacotot. Aqui, a experiência do ensino não busca embrutecer, ou direcionar o participante. Em seu comentário percebemos que a professora faz conexões para além do que foi proposto e imaginado pela professora que elaborou o curso. Ao afirmar que os vídeos são provocadores, a participante nos revela o potencial que o material midiático oferecido promoveu. O material despertou composições muito pessoais, fazendo com que a participante estabelecesse conexões com a escola em que atua, trazendo à tona possíveis problemas vivenciados.

Embora o comentário que destacamos tenha sido positivo, também recebemos comentários sobre os cursos que questionavam a ausência de nota final, atividade avaliativa diretiva, e que exigiam mais conteúdos e exemplos práticos a serem replicados nas escolas etc. A seguir, mostramos um exemplo:

O curso poderia ter inserido algo mais prático e próximo da realidade das escolas, tais como, relatos de famílias, vídeos de experiências educacionais, a teoria e a realidade do atendimento nos espaços educativos e escolares, suas lutas, preconceitos, exclusões e conquistas no decorrer dos anos escolares (Cursista de SP, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

Compreendemos que, infelizmente, há uma cultura de formação de professores (inicial e continuada) no Brasil que embrutece a liberdade de pensamento; que considera o professor como um mero técnico, aplicador de currículos prontos; que não tem (e nem precisaria ter) autonomia. As famílias, a equipe gestora e demais envolvidos com a educação escolar também reproduzem esse olhar sobre o professor que, por sua vez, chega até as escolas sem se dar conta de que pode mudar essa realidade. Isso pode justificar a busca constante por métodos prontos a serem reproduzidos, exemplos de aulas a serem replicados.

Na contramão desse tipo de cultura escolar seguimos como formadores que pensam que nossos colegas professores podem se tornar buscadores da própria emancipação intelectual, conforme nos mostra essa professora do Acre em seu comentário:

Estou organizando material de estudo para produzir uma proposta de pesquisa para concorrer a uma vaga de mestrado em Educação na Universidade Federal do Acre, e os materiais como um todo disponibilizado no curso (vídeos, leis, textos e referências bibliográficas) certamente irá fundamentar o meu tema. Após participar do curso, tive que repensar vários conceitos que eu tinha construído de forma errônea sobre o que é inclusão, pois, como diz a professora Maria Teresa, "somos seres provisórios" (Cursista do AC, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

O comentário da professora nos trouxe muita alegria, tanto pela percepção do impacto que o material selecionado teve na experiência de cada participante, quanto pelo processo emancipatório que o conteúdo nela provocou. O nível de capilaridade que nossos cursos atingiram também nos trouxe muita satisfação, quando verificamos, por exemplo, que temos participantes de todas as regiões do Brasil.

3 A garantia da acessibilidade

Desde que nossos cursos tiveram a emancipação intelectual como pano de fundo, a acessibilidade aos conteúdos não poderia deixar de ser contemplada em nenhum momento no processo. Dar acesso aos conteúdos faz parte do compromisso em manter o material dos cursos disponível a todos os participantes e os recursos de acessibilidade propiciam o acesso emancipado.

A acessibilidade é um direito definido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, em seu artigo terceiro que a considera como: "[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias [...]" (Brasil, 2015).

O objetivo principal da acessibilidade é a eliminação de barreiras que possam impedir a plena participação e o acesso a materiais, cursos, aulas, experiência de qualquer natureza. O texto da LBI segue estabelecendo a importância da utilização de recursos, como os da tecnologia assistiva, visando dirimir as barreiras encontradas:

[...] tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Podemos perceber o aspecto crucial do direito à acessibilidade e do uso de recursos da tecnologia assistiva, pois eles promovem o acesso e a participação plena das pessoas com deficiência aos espaços e situações educacionais. Visam eliminar as barreiras enfrentadas sendo consideradas como quaisquer entraves, obstáculos que impeçam ou dificultam a participação plena e a liberdade de expressão, comunicação e acesso à informação.

Diminuir os entraves à participação plena das pessoas com deficiência facilitando o acesso aos materiais apresentados em nossos cursos fez parte de nosso compromisso inclusivo. Tivemos especial atenção ao direito da acessibilidade, dado o uso em nossos cursos de materiais sonoros e visuais. Assim, trabalhamos com legendas em português nos vídeos e interpretação em LIBRAS; descrição de todas as imagens; transcrição dos arquivos sonoros para textos em português. Enfim, trouxemos recursos que pudessem facilitar o acesso do participante ao material proposto.

Pudemos observar o impacto positivo da garantia da acessibilidade aos conteúdos através dos comentários avaliativos deste cursista do Paraná:

Meu nome é T., eu sou surdo! Desde quando entrei na faculdade Pública, não tinha intérprete e legenda, também adaptar nada nenhuma fique sem 2 dois perdidos e prejudicar! O conteúdo foi muito bom, você explicou perfeitamente também legenda e intérprete de Libras, também gostei da explicação claramente, amei! (Cursista do PR, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

Ainda outro comentário de um participante do Espírito Santo nos trouxe mais um retorno positivo sobre a acessibilidade presente em nossos cursos:

Sou uma pessoa com deficiência visual e consegui fazer sem problemas. Destaco a parte poética do curso, que me identifico muito e traz ao conhecimento reflexões profundas e necessárias. O conteúdo do curso atendeu a proposta do mesmo, de forma clara e objetiva, com abertura para futuras discussões que são ótimas para que as pesquisas na área da educação inclusiva não parem por aqui (Cursista do ES, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

Vale ressaltar que a plataforma da EXTECAMP, por suportar os recursos utilizados pelo LEPED, facilitou a garantia da acessibilidade aos participantes, promovendo a participação plena de todos. O comentário que destacamos acima,

revelou como o participante notou esse aspecto no curso que realizou e vivenciou o acesso a todos os materiais.

Além de pensarmos na garantia da acessibilidade dos cursistas aos conteúdos e atividades propostas, o nosso propósito enquanto criadores e responsáveis pelos cursos também foi o de provocar essa reflexão em demais espaços de formação e convívio.

4 A avaliação na concepção inclusiva

Somente o aprendente é capaz de avaliar o que aprendeu e isso nem sempre é possível no momento em que a aprendizagem ocorre. Além disso, avaliar é um exercício que foca em determinados aspectos da construção de um saber, que é motivado por uma exigência do momento, por uma razão/intenção momentânea. Ou seja, nenhuma prática avaliativa é suficientemente capaz de analisar o processo de aprendizagem por completo, mesmo porque “aprender diz respeito ao encontro de alguém com algo que lhe faz pensar e isso pode estar além do que é ensinado, do que pode ser manifestado, notado, controlado e classificado” (Lanuti, 2024, p. 12). Esse entendimento sobre aprendizagem que conduz os estudos e atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no LEPED, influencia diretamente as concepções e práticas avaliativas que desenvolvemos.

No Laboratório, também consideramos outra questão importante sobre a avaliação. Ela representa uma ameaça à inclusão escolar quando se reduz a um instrumento que visa: identificar os alunos que estão aptos, ou inaptos a aprender; verificar os saberes construídos por uma pessoa; mensurar conhecimentos transmitidos pelos professores e, em consequência, assimilados pelos alunos; comparar e categorizar os alunos com base em seus rendimentos.

Temos como ponto de partida o pressuposto: “o ensino e não o controle da aprendizagem, é a principal atividade do professor” (Lanuti, 2024, p. 12). O LEPED concebe a avaliação como um processo que deve ser desenvolvido por quem aprende (o discente) e que pode ser orientado pelo professor quando ele apoia o aluno em sua emancipação intelectual. O aluno, ao comunicar o que avalia, fornece pistas ao professor a respeito do ensino oferecido, do que precisa ser revisto, reorganizado em aula. Obviamente, essa ideia também se aplica a um curso de formação, por exemplo – nosso foco nesse artigo.

Um curso de difusão, de modo geral, tem como objetivo a divulgação de ideias. Os Cursos de Difusão Cultural oferecidos pela EXTECAMP/UNICAMP têm como propósito maior o compartilhamento de saberes, ideias e experiências de pesquisadores da Universidade com a comunidade externa, sem a exigência de pré-requisitos como escolaridade mínima, ou ainda, sem exigência de uma prova para aprovação da/o cursista. Foi justamente por essa razão que o LEPED resolveu, nos

últimos tempos, intensificar suas atividades de extensão por meio do oferecimento desse tipo de curso de formação. Para o Laboratório, estar comprometido com a aprendizagem e desenvolvimento profissional de quem escolhe fazer um de seus cursos de formação não tem a ver com criar meios para monitorar respostas e contabilizar erros e acertos dos participantes. O compromisso dos idealizadores dos cursos, pesquisadores do LEPED, tem sido promover a autonomia das/os cursistas diante o material oferecido, incentivando a participação de todos, segundo a capacidade de cada um, estimulando-os à reflexão sobre os caminhos que traçam para aprender, a partir do que lhes afeta no curso.

A fim de coletar informações a respeito das percepções dos cursistas, propomos algumas questões que têm como objetivo a avaliação de cada participante. As perguntas, apresentadas ao final dos cursos, são: a) O que você achou da estrutura do curso? b) O que achou do seu conteúdo? c) Do que sentiu falta? Embora as perguntas sejam direcionadas à estrutura e conteúdo dos cursos, acreditamos que os cursistas poderiam refletir sobre seus próprios percursos formativos ao respondê-las. Tal hipótese se confirmou nas devolutivas que recebemos.

Analisamos as avaliações dos alunos por amostragem coletadas esporadicamente e, até então, não tivemos motivos para rever os conteúdos e atividades. A seguir, apresentamos a avaliação enviada por uma professora que participou do curso *Inclusão na prática: como ensinar Matemática (e outras disciplinas) a todos os alunos, sem adaptações?*:

A estrutura do curso é ótima, simples e muito bem organizada. Achei que tem uma sequência lógica muito boa, bem pensada que alterna textos e exemplos práticos. Poderia ter mais exemplos no Ensino Médio, mas os que apareceram são muitos bons. Senti falta apenas de uma avaliação mais concreta, para verificar se realmente consegui aprender o conteúdo, assimilar a ideia do professor. Fiquei insegura no final quando vi que não haveria, mesmo que as respostas das atividades foram apresentadas permitindo uma autocorreção. Se fosse para pontuar algo que senti falta foi a devolutiva do professor sobre o desempenho que tive, com questões mais concretas. Do restante, foi tudo ótimo e me fez pensar bastante sobre algumas possibilidades de ensino para todos que inclusive já desenvolvo em aula. Obrigado! (Cursista de SP, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2023).

A avaliação enviada pela cursista nos revela que o curso proporcionou um olhar para seu próprio trabalho e o reconhecimento de ações pedagógicas inclusivas que ela já desenvolve. Ou seja, a professora, ao avaliar o curso, foi capaz de avaliar seu próprio modo de ensinar. No entanto, o comentário revela o quanto a concepção de avaliação como mensuração da aprendizagem afasta o processo de ensino (ou, um processo de formação) da concepção inclusiva de educação.

A necessidade de aprovação de um professor está relacionada à hierarquização das inteligências, tão criticada por Rancière (2002) e ainda presente na lógica escolar, quando ele afirma que não há inteligências superiores, ou inferiores, mas saberes

diferentes que se constroem a partir de uma igual capacidade de aprender que todos temos. Tal princípio deve ser considerado na relação entre aluno e professor (ou cursista e formadores, por exemplo) e deveria influenciar até mesmo a organização dos currículos de formação da Educação Básica ao Ensino Superior – a nível de graduação e pós-graduação.

Outra autoavaliação enviada no mesmo curso, mostra uma compreensão diferente sobre a proposta. Segue trecho específico que selecionamos, mostrando a análise de um cursista:

Quando cheguei ao final do curso, fiquei surpreso quando não vi a avaliação. Até voltei nos módulos anteriores para ver se não tinha pulado a avaliação. Depois acabei entendendo a proposta, que eu mesmo deveria avaliar o que aprendi e o que refleti. Confesso que acabei até voltando ao início do curso e refiz, sem tanto compromisso de ter que anotar falas e trechos dos textos pensando numa possível avaliação, ou teste. Aprendi mais da segunda vez porque fiz mais tranquilo e até mudei a ordem dos vídeos e atividades. **Fui fazendo do jeito que me interessava, aproveitei mais as fotos das aulas e vídeos. Aprendi muito com a experiência** (Cursista de SP, PLATAFORMA DA EXTECAMP, 2024, grifo nosso).

Embora a ausência de avaliação formal no curso tenha, inicialmente, causado um estranhamento ao participante, ela permitiu que ele deduzisse qual o sentido que o curso dá a essa prática. Portanto, logo concluiu que ele era a pessoa mais indicada para analisar seu próprio aproveitamento. Ao constatar que a proposta do curso não estava voltada à atribuição de notas, ao alcance de uma meta específica e previamente definida para todos, o professor se apropriou da liberdade que possui para estabelecer suas próprias conexões com o material disponibilizado e, diante disso, refletiu sobre o curso e pôde ainda repensar sobre o modo como ele mesmo ensina, como concebe a aprendizagem e avalia seus alunos.

A avaliação na concepção inclusiva, portanto, promove a autonomia do aluno, a sua capacidade de reflexão sobre o seu percurso de aprendizagem e o estabelecimento de suas próprias metas. Ela deixa de ser “a monstra que construímos e que precisamos matar”, segundo as palavras de Corazza (2002), e passa a ser uma aliada do aluno e do professor.

5 Conclusões

Até aqui explicitamos como vivenciamos a criação e a coordenação dos Cursos de Difusão Cultural de modo a atender aos processos de ensino próprios de uma educação inclusiva para professores e demais interessados no tema. Se propomos cursos de formação que atinjam grande número de alunos e que abordem novas concepções e práticas educacionais, como é o caso da educação inclusiva, não podemos desconhecer e nem subutilizar as possibilidades das plataformas dos cursos a distância.

É no encontro entre TDICs e a educação que propomos uma perspectiva interdisciplinar para pensar a formação de professores e de todos aqueles que se interessam pela inclusão escolar. A intersecção entre as áreas, funde e sintetiza as proposições e contribuições de cada uma, redimensionando e redirecionando nossos estudos, pesquisas, ações formativas e produções científicas.

O olhar reflexivo que lançamos para os Cursos de Difusão Cultural ora tratados, possibilitou-nos compreender que a emancipação intelectual dos cursistas foi, de fato, o cenário principal deste trabalho desenvolvido entre o LEPED e a EXTECAMP. Outra questão, para além daquelas que abordamos nesse artigo, está a capilaridade alcançada por meio da plataforma de EaD da UNICAMP, ou seja, o grande alcance que teve e ainda tem os conteúdos e atividades organizadas e propostas por nós. Até o momento (junho de 2024), contamos com 10.067 cursistas inscritos de todas as regiões do Brasil.

Tendo em vista que os cursos estão em andamento e se encerram apenas em abril de 2025, ainda são muitos os comentários avaliativos que recebemos, manifestando diferentes percepções e experiências por parte daqueles que os realizam. As formações continuam gratuitas e abertas a todos os interessados, contudo, observamos que o maior número dos participantes ainda tem sido de professores.

A certeza de que a emancipação intelectual é o caminho para enfrentarmos os desafios que a inclusão escolar nos coloca, leva-nos a conduzir iniciativas em favor do desenvolvimento e da promoção humanas, realizando encontros dentre os quais estes que aqui descrevemos.

Nesse texto, abordamos especificamente os princípios que seguimos na criação e acompanhamento dos cursos, conforme já mencionado. Concluimos que o diferencial de nosso trabalho não está apenas no modo inovador de apresentação de seus conteúdos, na garantia da acessibilidade, ou ainda, na perspectiva inclusiva de conceber o processo avaliativo, mas na junção de todos esses princípios.

Seguir na luta por nossos princípios inclusivos não é uma tarefa corriqueira. Essa postura advém de pesquisas que realizamos; de estudos de autores que abordam os processos de ensino e de aprendizagem focando na emancipação intelectual; das parcerias que estabelecemos ao longo dos anos com escolas da Educação Básica e outras instituições de ensino; de nossa prática em sala de aula - o chamado *chão da escola*, como se fala muito em Educação. Foi neste lugar que, por muitos anos, trabalhamos e que, ainda hoje, pesquisamos e construímos conhecimento sobre inclusão.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

CORAZZA, S. M. Avaliação: a mostra que criamos e que, agora, precisamos matar. *In*: LUFT, H. M. ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CICLO DE ESTUDOS E DEBATES, 5., 2002, Ijuí. **Anais** [...]. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 17-21. Tema: Avaliando a avaliação: pesquisa e formação de professores.

LANUTI, J. E. O. E. Avaliação da aprendizagem na escola inclusiva: a contradição, os desafios e uma possibilidade. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 3, p. e3700, 2024. DOI 10.55905/cuadv16n3-084. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3700>. Acesso em: 22 maio 2024.

LARROSA, J. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Contribuição dos(as) autores(as)

Maria Teresa Eglér Mantoan - Coordenadora do projeto, responsável pelos cursos aos quais o texto se refere, participação ativa na análise dos dados e escrita do texto.

José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti - Criador dos cursos aos quais o texto se refere, participação ativa na coleta, análise dos dados e escrita do texto.

Maria Isabel Sampaio Dias Baptista - Criadora dos cursos aos quais o texto se refere, participação ativa na coleta, análise dos dados e escrita do texto.

Revisão gramatical por:

Maria Isabel Sampaio Dias Baptista

E-mail: belbaptista@gmail.com